

TECER A TRAMA DO NOVO

Brasil possui todas as ferramentas para estimular a inovação em sua economia; falta agora articular, desburocratizar e acelerar

Cláudio Accioli e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Decorridos mais de 20 anos da chamada abertura comercial, quando a indústria brasileira despertou para a necessidade de disputar, ganhar e, sobretudo, manter mercados, o conceito de inovação como força motriz da competitividade e do próprio desenvolvimento pode ser considerado hoje plenamente consolidado no Brasil. Nas diversas escolas de pensamento econômico, na vanguarda da iniciativa privada ou nos gabinetes dos formuladores das políticas públicas, não há quem não aponte esse importante insumo como essencial para o aprimoramento dos padrões de concorrência e a conquista de novas fronteiras no processo produtivo.

Mas, apesar do consenso generalizado quanto a seus benefícios, e às vésperas da divulgação de uma nova política industrial pelo governo, a inovação ainda está longe de ser a regente da economia nacional. E isso talvez seja por falta de mobilização de uma parte relevante dos protagonistas — as próprias empresas —, ou pela dificuldade dos agentes indutores de coordenar as políticas de incentivo em suas diversas instâncias.

Paulo Mol, gerente executivo de Estudos e Políticas Industriais e Inovação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), destaca esse descompasso. “Em nossas sondagens, a inovação sempre surgia como um dos três te-

mas estratégicos para o crescimento da produtividade das empresas; entretanto, ninguém buscava organizar-se para estimulá-la”, diz. Mas em 2008, 40 grandes companhias — entre elas, Braskem, Ford, Gerdau e Vale — criaram a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), com o objetivo de dobrar o número de empresas inovadoras no Brasil em quatro anos. A iniciativa frutificou, como confirma recente pesquisa da Câmara Americana de Comércio em parceria com a Fundação Dom Cabral, feita com 300 executivos de inovação e estratégia de médias e grandes empresas que operam no país. Nela, 78% afirmaram que pretendem investir mais em inovação; 40%, porém, indicaram que atualmente o montante investido representa menos de 1% das vendas de sua empresa; e 9% afirmam que sequer começaram a aplicar em inovação.

“A história mostra que os países bem-sucedidos são aqueles em que as empresas inovadoras se destacam por sua grande capacidade de sustentar a competitividade. Quando inova, o empreendedor abre e expande mercados, cresce à frente da concorrência e apresenta maior lucratividade, o que gera dinamismo na produção”, enfatiza João Carlos Ferraz, vice-presidente e diretor de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse sentido, alguns parâmetros indicam sérios riscos para a competitividade brasileira. Em número de pedidos de patentes internacionais, por exemplo, o Brasil é o menos ativo dos BRICs. Quanto ao apoio concedido às atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), cerca de dois terços do total registrado no país ainda derivam

da renúncia fiscal da Lei de Informática, que existe em função do regime da Zona Franca de Manaus. Quando se exclui esse instrumento, o incentivo brasileiro passa a equivaler a um quarto do registrado nos Estados Unidos, e a um terço do verificado no Japão (ver quadro).

Incentivo

O grande indutor de inovação é a competitividade, que obriga a busca por novos produtos, ou por ganhos de produtividade. Inserida no terceiro maior mercado de higiene e beleza do mundo — o Brasil só perde para Estados Unidos e Japão —, a Natura conhece bem essa dinâmica. Todos os anos, a empresa lança cerca de 200 novos itens, o que também a obriga a estudar a descontinuidade de uma proporção semelhante de artigos, para manter o equilíbrio de sua oferta tanto aqui quanto nos cinco países latino-americanos em que atua. “Cerca de 60% de nossa receita provém de produtos lançados nos últimos dois anos; ou seja, a principal fonte do crescimento da companhia é a capacidade de inovar”, afirma Marcelo Cardoso, vice-presidente da Natura. Segundo ele, são investidos em pesquisa e desenvolvimento 3% da receita líquida: R\$ 5,1 bilhões, em 2010, 21,1% maior do que no ano anterior. Um nível acima da média nacional, “sem contar o investimento em gestão e inovação nos canais de venda”, lembra o executivo. Desse percentual, a maior parte destina-se a um modelo chamado *open innovation*, por meio

de parcerias com universidades e fornecedores, tanto no Brasil quanto no exterior.

Por que, entretanto, a Natura ainda é parte do grupo de exceções, e não da regra dentro da indústria brasileira? Para Ferraz, o Brasil, de modo geral, ainda é modesto em seus esforços sistemáticos e orgânicos de inovação por três razões principais. A primeira, de ordem estrutural: o direcionamento da estrutura produtiva do país para atividades econômicas que, em seu entender, demandam pouco esforço tecnológico, de pesquisa e de desenvolvimento sobre vendas. A segunda, de natureza comportamental: a elevada aversão ao risco por parte do empresariado, motivada por um passado ainda recente de fortes incertezas envolvendo a quase totalidade das variáveis econômicas conhecidas. Por fim, a terceira e última razão teria relação direta com as políticas industriais adotadas pelo país em seu processo de desenvolvimento nas últimas décadas: “Tanto na era da substituição de importações quanto na da liberalização da economia, a importância da inovação foi relativamente pequena. Na primeira, pensava-se que a mera industrialização estimularia a formulação de processos inovadores. Na segunda, acreditava-se que os mercados, por si só, resolveriam”, analisa o dirigente do BNDES.

Essa análise colabora para reiluminar o velho refrão de que os empresários brasileiros não têm cultura inovadora. Mol, da CNI, lembra que o primeiro elemento que forja

Apesar do consenso generalizado quanto a seus benefícios, a inovação ainda está longe de ser a regente da economia nacional

essa meia-verdade são os fatores sistêmicos de uma macroeconomia mal resolvida. “O tempo e a competência que as empresas dedicam para planejar-se frente a aspectos como flutuação cambial e burocracia enfraquecem sua capacidade de planejar no longo prazo”, diz. Glauco Arbix, que em fevereiro assumiu a presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, reforça essa defesa. “Hoje, o Brasil não remunera inovação do jeito que deveria. Aqui é mais caro, mais lento e mais arriscado. Por que então mudar?”, questiona. A essa condição, ele soma a dificuldade de parte da iniciativa privada em desfazer-se do ranço de políticas industriais anteriores. “Até agora, associações e representações empresariais, ao mesmo tempo em que avançam na direção da inovação, o que é muito positivo, ainda deslizam em ideias protecionistas, que remontam aos 40 anos de economia fechada que tivemos, e isso o Brasil vai demorar para superar”, afirma.

As pequenas empresas reforçam sua condição de elo mais frágil da cadeia inovadora, que ainda conta com outro agravante: burocracia

Crédito e pesquisa

Ferraz, do BNDES, aponta que, a partir do final do mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com o surgimento dos fundos setoriais, alimentados com parte dos recursos oriundos das privatizações, e do governo Lula, com a Lei de Inovação e as Políticas de Desenvolvimento Produtivo e de Ciência, Tecnologia e Inovação, houve esforços mais concentrados em uma mes-

ma direção. “Os fundos representaram uma mudança radical na forma de se fazer esse tipo de fomento, pois pressupunham a acumulação dos recursos antes de sua alocação. Já as políticas de Lula deram um sentido de ordenamento e continuidade ao processo, tanto que agora estão para ingressar em sua segunda geração.”

Como principal instituição responsável pelo apoio ao financiamento da inovação tecnológica, administradora desses fundos, a Finep foi foco de atenção de Aloisio Mercadante, ministro de Ciência e Tecnologia, que no início da sua gestão chegou a propor a transformação da agência em banco. Esse reconhecimento prioritário, entretanto, não condiz com o tratamento que a instituição recebe historicamente, sendo alvo frequente de contingenciamento por parte do governo, preocupado em garantir superávit — repete-se em 2011,

devido ao corte orçamentário justificado para conter a inflação.

“Este ano, só no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de recursos gerenciados pela Finep, tivemos um corte de 22%. E corte em ciência e tecnologia não é dos mais perspicazes”, reconhece Arbix. Segundo ele, em 2010, ano histórico por não sofrer contingenciamento, a Finep somou investimentos de R\$ 4,2 bilhões, beneficiando cerca de duas mil empresas. Em 2003, por exemplo, quando houve restrições e a Finep ainda não contava com o benefício de algumas flexibilizações nas regras de concessão de subvenções e créditos, foram investidos apenas R\$ 300 milhões, envolvendo 70 empresas. “Quando uma empresa deixa de investir, na maior parte das vezes ela não consegue retomar o projeto porque houve uma evolução, e a concorrência já o

Sem estímulo?

Distribuição percentual dos gastos em P&D em relação ao PIB
(países selecionados)

	ano	governo	empresa
Rússia	2009	66,5	28,7
Brasil	2009	51,6	46,3
Canadá	2009	33,5	47,5
EUA	2008	27,1	67,3
China	2008	23,6	71,7
Coreia do Sul	2008	25,4	72,9
Japão	2008	15,6	78,2
Alemanha	2008	28,4	67,3

Fonte: MCT.

A academia exerce uma forte influência nos instrumentos de apoio à inovação empresarial, sendo um entrave a ser superado

lançou por outros meios. É uma perda irrecoverável, e o irrecoverável é o que nos preocupa, porque vai para a prateleira das oportunidades perdidas”, diz.

Nesse cenário, as pequenas empresas reforçam sua condição de elo mais frágil da cadeia inovadora, que ainda conta com outro agravante: a burocracia. “A rotina acelerada de uma pequena empresa que

deseja manter-se competitiva em setores estratégicos, impede o deslocamento de pessoal capacitado para ir buscar editais e cuidar de todos os trâmites que envolve uma linha da Finep”, diz Evandro Cunha, gerente comercial da Jevin, prestadora de serviços de comunicação para as empresas da cadeia de petróleo e gás e coordenador da Rede Petro da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. Somente na região, a Rede Petro, que associa empresas interessadas em fornecer para o setor petrolífero, congrega 72 empresas, das quais 80% pequenas e médias. “Hoje, identificamos muitos negócios com capacidade de solucionar problemas e atender demandas específicas do setor, dispostos a cumprir o nível de exigência e competitividade que o segmento demanda; mas a dificuldade de conseguir recursos financeiros é alta”, diz.

Cartão de crédito

Mol, da CNI, reforça que o modelo atual de busca por recursos não é o ideal. “O edital não é a melhor forma de conversar com o empresário”, ressalta. “Seriam necessários canais mais adequados, como, por exemplo, o Cartão BNDES, dedicado às pequenas empresas”, acrescenta, referindo-se a um produto do banco baseado no conceito de cartão de crédito que existe desde 2003 e que atualmente também financia gastos relacionados à inovação e pesquisa. A evolução de tais instrumentos poderia, inclusive, ser um importante aporte do banco em seu caminho relativamente recente no mercado de crédito à inovação, cujo foco e *expertise* ainda são questionados.

Rogério Cesar de Souza, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), também reforça que a forte influência da

No fim da fila

Pedidos de patentes internacionais

	2007	2008	2009	2010 ¹
Brasil	398	472	493	442
China	5.455	6.120	7.900	12.337
Alemanha	17.821	18.855	16.797	17.171
Índia	902	1.072	961	1.109
Japão	27.743	28.760	29.802	32.156
Coreia do Sul	7.064	7.899	8.035	9.686
Rússia	689	763	711	560
Estados Unidos	54.043	51.637	45.618	44.855

¹Estimativa.

academia no desenho dos instrumentos de apoio à inovação empresarial é um entrave a ser superado. “Precisamos disseminar a inovação e, para que esses programas se massifiquem, é preciso facilitá-los”, diz. Ou seja, focar o apoio no conhecimento que gera valor para o mercado. “A inovação brasileira em si ainda é ligada à academia, tanto que até a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) classifica nossa inovação de ‘ofertista’”, diz Mol. “Ou seja, o conhecimento jorra nas universidades, e goteja nas empresas.”

“Quando buscamos financiamento, vemos que o que vale ainda não é a realidade, mas o *pedigree* acadêmico que você traz para seu negócio, pois os projetos ainda são avaliados desde esse ponto de vista, e não pelo de mercado”, diz Hilton Marinho, diretor da pequena TS Soluções, de automação industrial. A empresa cearense é um exemplo claro dos percalços que pode enfrentar na seara tecnológica. Há cerca de cinco anos, Marinho decidiu aproveitar as similaridades das operações de supervisão da área de saneamento, então foco da empresa, para oferecer seus produtos ao setor de petróleo, onde tratou de expandir sua atuação. Em 2008, apresentou um computador de vazão de óleo e gás, para o qual só havia um concorrente nacional, conquistando sua validação em 2009.

Talvez, se não fosse obrigada a caminhar em seus passos de pequena empresa, limitados pelas condições de financiamento e burocracia, e acelerasse esse pro-

cesso, a TS estivesse hoje com seu produto à venda. Uma mudança de legislação na mesma época da validação, entretanto, foi a coincidência nefasta que freou seus planos. “A Agência Nacional de Petróleo, a ANP, passou a exigir uma certificação do Inmetro, para a qual o instituto ainda não tinha laboratório de análise, e somente agora conseguimos nos reorganizar para dar entrada na nova certificação”, conta Marinho, estimando para isso um investimento mínimo de R\$ 70 mil. “Sobrevivemos porque pesquisamos sem alimentar um departamento formal de pesquisa e desenvolvimento (P&D); mas isso não agrada aos tomadores de decisão dessas linhas de financiamento, porque a avaliação é feita por acadêmicos, e não em conjunto com a indústria”, diz.

Desarticulação

Maurício Canêdo-Pinheiro, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), destaca que, apesar dos ajustes necessários, o processo tem registrado melhoras significativas. Entre elas, a desvinculação de parte das receitas dos fundos setoriais para ações transversais, a definição de um percentual mínimo dos recursos do FNDCT para a subvenção econômica de atividades do setor privado desvinculada das universidades, prevista na Lei de Inovação, e a possibilidade de concessão de subvenção para as empresas por meio da Lei do Bem. “Há uma gama diversificada de instrumentos, além de outros, como o *venture capital*. O pro-

Uma política industrial direcionada à inovação, tendo conteúdo local, fará sentido se privilegiar a competitividade das empresas

blema é articular um programa envolvendo diferentes esferas de governo para esse sistema de inovação funcionar, bem como o foco de política industrial que queremos, já que é a pressão competitiva nas empresas que incentiva a busca por inovação”, garante.

O economista David Kupfer, coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também considera as iniciativas do país no campo da inovação desarticuladas. “No plano teórico, existe um conceito denominado Sistema Nacional de Inovação que envolve mais do que meramente ativos físicos ou propriamente a infraestrutura de ciência e tecnologia como se pensava anteriormente. Trata-se de um conjunto de comportamentos, regras, incentivos e instituições que favorecem a inovação no espaço nacional. Sob esse ponto de vista, estamos atrasados com relação ao que ocorre nos Estados Unidos e em determinados países europeus e asiáticos.”

Kupfer identifica no cenário produtivo do país alguns segmentos e cadeias — não necessariamente setores — que, por caminhos certos ou errados, e independentemente das políticas de incentivo adotadas, acumularam um legado de conhecimentos e conseguiram forjar no seu entorno um Sistema de Inovação eficiente, formando o que chama de massa crítica. “São áreas de excelência, até comparáveis à fronteira internacional, e que, se continuarem a receber *inputs*, retribuirão com *outputs*. Dificilmente irão regredir, mesmo que deixem de ser alimentadas.” Dentre elas, o economista destaca quatro: exploração e produção de petróleo em águas profundas; indústria aeronáutica; biotecnologia farmacêutica; e pesquisa agrícola.

“No caso do petróleo, a atividade de exploração e produção em águas profundas, capitaneada pela Petrobras, foi um nicho em que, por razões particulares, o Brasil precisou investir em ca-

pacitação e teve a felicidade de ver os projetos amadurecerem de forma positiva, com a expansão do programa de pesquisas. Hoje, temos ali um campo de robótica, automação e TI em que a empresa avançou muito, tornando-se líder mundial em tecnologia, como provavelmente também o será nas águas ultraprofundas, com o pré-sal”, ressalta Kupfer.

Inteligência aeroespacial

Em sua avaliação, o mesmo acontece, em menor escala e abrangência, com a indústria aeronáutica, que classifica como segmento de um setor mais amplo — a indústria aeroespacial. “Assim como ocorreu com o petróleo, a partir de uma empresa, que é a Embraer, o Brasil conseguiu alavancar a capacitação em ciência e tecnologia que existia no circuito militar do ITA, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, e do CTA, o Centro Tecnológico da Aeronáutica. É um ramo de atividade

importantíssimo, pois possui muitas conexões e transversalidade quanto a inovações que mais tarde serão absorvidas pelo restante da estrutura produtiva, nos campos da motorização, tecnologia da comunicação e novos materiais, entre outros.”

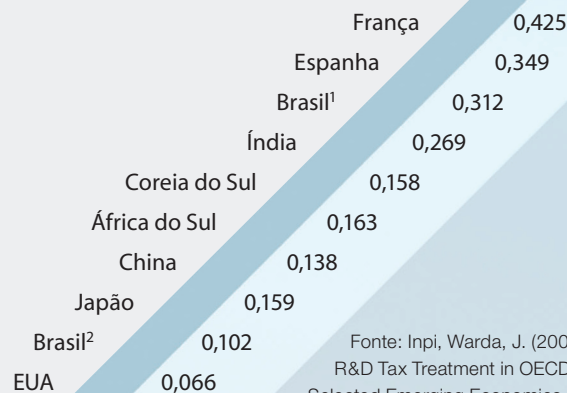
Prova disso é dada pela própria Embraer, que, no final do ano passado, desmembrou sua área de defesa, adquiriu participação em empresas menores, e agora busca explorar os segmentos de comunicação, computação, comando, controle e inteligência, ampliando sua oferta no setor de segurança além das aeronaves.

A existência de uma inteligência aeroespacial antes da criação da própria companhia foi imprescindível, mas não o único fator que a colocou entre as mais competitivas do mercado. “A Embraer é frequentemente citada como sucesso de política industrial, mas só passou a ser competitiva como é hoje quando sua orientação mudou para fazer parcerias e comprar insumos onde os encontrasse em melhores condições”, diz Canêdo. “Por isso, a orientação de uma política industrial que foque em inovação, uma política de conteúdo local, só fará sentido se olhar para a competitividade das empresas. Na Coreia, por exemplo, a proteção tinha como contraponto a obtenção de metas de competitividade e inserção no mercado internacional”, lembra Canêdo.

Petras Amaral Santos, coordenador de Design do Centro de Desenvolvimento da Marcopolo, uma das participantes

Manaus faz diferença

Incentivo para cada US\$ 1 gasto em P&D
(dados de 2008; países selecionados)



Fonte: Inpi, Warda, J. (2009) "An Update of R&D Tax Treatment in OECD Countries and Selected Emerging Economies, 2008-2009".

¹Dados de 2008 com a Lei de Informática.

²Dados de 2008 sem a renúncia fiscal da Lei de Informática.

“A empresa, seja ela privada ou pública, é a legítima protagonista da inovação, por ser a principal interessada na aplicação comercial de uma solução ou de um princípio novo”

David Kupfer

do programa de mobilização da CNI, reforça essa tese. “As possibilidades de inovação das grandes empresas dependem muito da capacidade de inovação da cadeia de valor de seu segmento. De nada adianta visão de futuro, pesquisa e desenvolvimento se a rede participante do processo não estiver preparada para responder aos desafios tecnológicos de forma competitiva”, diz.

Já com relação à área da biotecnologia farmacêutica, Kupfer faz questão de frisar que se trata de um ramo restrito da indústria, de caráter não comercial e com foco direcionado para a pesquisa genética e produção de vacinas e soros. “Aqui, muito por mérito de uma instituição de vanguarda, que é a Fiocruz, desenvolveu-se um forte componente de inovação, mas que não se estende aos demais segmentos dessa indústria, tais como o de medicamentos, no qual o Brasil ainda

é pesadamente dependente.” O mesmo mérito da Fiocruz o economista atribui à Embrapa e às demais instituições de pesquisa e extensão agrícola no desenvolvimento de parte do sistema produtivo do setor no país. Ele chama a atenção, em especial, aos casos da aclimação da soja ao cerrado, com a adoção de técnicas de plantio inovadoras, e da implantação da indústria de papel e celulose com base na matriz do eucalipto. “É o grande segredo da competitividade brasileira no setor”, destaca.

Zona de conforto

Se não resta dúvida de que os enredos dessas histórias de sucesso são diferentes, também é certo que pelo menos um elemento eles têm em comum: a presença de empresas — e, em determinadas circunstâncias, instituições — capazes de ancorar a construção dos Sistemas de Inovação em seus respectivos segmentos. “A empresa, seja ela privada ou pública, é a legítima protagonista da inovação, por ser a principal interessada na aplicação comercial de uma solução ou de um princípio novo. Se não tiver esse interesse, construirá um segmento ou setor com baixa capacidade de inovar. Não vai acumular os ativos tangíveis e intangíveis, construir laboratórios ou interagir naquele sistema”, argumenta Kupfer.

Em sua avaliação, porém, essa não é uma tarefa das mais simples. Entre outros motivos, porque, segundo ele, o padrão de especialização da indústria

brasileira nos setores mais maduros mostra que a inovação não é o objeto central da capacidade competitiva. Com isso, de acordo com o economista, algumas empresas que poderiam atuar como indutoras e catalisadoras desse processo, mas operam em ambientes nos quais o grau de oportunidade tecnológica é reduzido, não se sentem estimuladas a adotar um comportamento inovador. Como exemplos, ele cita os casos dos setores de metalurgia e química, que considera fortes, eficientes e competitivos no que toca à produção, mas que não conseguiram constituir um Sistema de Inovação ao seu redor.

“A produção metalúrgica, de modo geral, requer processos modernos, que podem ser adquiridos ou absorvidos, direta ou indiretamente. Além disso, precisa de escala, o que significa capacidade de investimento para construir grandes plantas e, assim, pressionar fornecedores e penetrar nos canais de comercialização. Em outras palavras, tem que dominar processos, mas não necessariamente a técnica para desenhá-los, o que acaba fazendo com que o sucesso competitivo não dependa tanto do esforço de inovação tecnológica”, analisa Kupfer, acrescentando ser esta uma dimensão estrutural da baixa capacidade de inovação da indústria brasileira.

O diretor de Planejamento do BNDES concorda. “O que precisamos fazer, e são poucos os países que conseguiram”, observa Ferraz, “é operar uma mudança para que as atividades associadas às cadeias intensivas em inovação, como biotecnolo-

gia, tecnologia da informação e mecânica, cresçam relativamente mais do que o produto total do setor. Aí, sim, estaremos induzindo uma transformação estrutural. Esse é o desafio do ponto de vista do empresário e da estrutura produtiva”.

Enquanto a mudança não vem, Kupfer observa que a zona de conforto em que opera grande parte da indústria brasileira, com padrão de concorrência baseado em custos, começa a ficar ameaçada. “Estamos perdendo fôlego para competir nesse terreno, principalmente em função do avanço do sistema de produção asiático, um campeão de custos sem precedentes.”

Competitividade

Para fortalecer a inovação como fonte de competitividade, o economista advoga a substituição do conceito tradicional de setor, que remete a um conjunto de bens resultantes de técnicas de produção semelhantes, pelo de segmentos de mercado e famílias de produtos. “Atualmente, a atividade produtiva se organiza de forma fluida e complexa, muito diferente do que ocorria décadas atrás. Não existe mais o conceito rígido da indústria fixada ao território, nem da cadeia produtiva linear, que se estende da matéria-prima ao produto final. Com isso, torna-se mais difícil identificar em que campo está ocorrendo a competição, quem são os adversários e quais devem ser os verdadeiros objetos de nossa atenção.”

Outro insumo da competitividade considerado vital por Kupfer é o conceito de sustentabilidade, em especial no que toca à construção da matriz produtiva do país. “É uma questão crítica, porque se trata de um bonde que está começando a andar e no qual ainda podemos embarcar. O Brasil tem hoje, por exemplo, uma grande vantagem competitiva natural que é a disponibilidade de água, elemento que tende a escassear e, portanto, a encarecer no futuro. Assim, pensar essa vantagem do ponto de vista da sustentabilidade é investir, de imediato, em processos que reduzam o uso desse recurso pelos sistemas produtivos”, ressalta o economista.

Sob essa ótica, diz ele, um dos Sistemas Setoriais de Inovação com maior potencial de desenvolvimento é o da energia renovável, não apenas pela boa dotação de fontes existentes no país, mas também pelo viés da exploração da biodiversidade da Amazônia e da Amazônia Azul. “Para mim, a biodiversidade brasileira poderá se tornar o nosso Vale do Silício”, diz Marcelo Cardoso, da Natura. “Hoje, porém, o marco legal não é claro, as regras de acesso ao patrimônio inédito são confusas e temos problemas para atrair investidores e pesquisadores, o que dificulta o aproveitamento desse potencial”, afirma.

Para o executivo, a imagem positiva que o país tem com suas energias renováveis poderá se fortalecer ainda mais com as empresas gerando inovação para a sustentabilidade de seu processo produtivo. “Aqui na empresa, por exemplo, um executivo de

“A biodiversidade brasileira poderá se tornar o nosso Vale do Silício. Mas o marco legal não é claro, as regras de acesso ao patrimônio inédito são confusas e temos problemas para atrair investidores e pesquisadores”

Marcelo Cardoso

logística sabe que sua remuneração variável está condicionada ao cumprimento de metas relacionadas à inclusão social, com a inserção de catadores em nosso processo, à redução da pegada de carbono e à execução disso pelo menor custo”, afirma. Essa estratégia gera uma proposta de valor que é bem remunerada tanto pela sociedade quanto pelos acionistas. Uma mudança de visão que, no Brasil, graças a leis como a da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tende a se expandir a outros setores.

Outro passo adiante

Teorias e discussões à parte, a maioria dos especialistas não tem dúvidas em afirmar que nenhuma iniciativa pública de estímulo à inovação e à competitividade

será bem-sucedida, sem que haja convergência de interesses e ações entre os diversos organismos governamentais diretamente responsáveis por sua execução. “O grande desafio do governo nessa nova versão da política industrial é melhorar a coordenação dos programas entre os diversos ministérios, com tudo o que isto implica em termos de conciliação e gestão de culturas, ritos e hábitos diferentes”, resume o secretário executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo Oliveira. O diretor de Planejamento do BNDES faz coro: “Do ponto de vista de gestão, considero que tivemos uma experiência bem-sucedida na primeira edição das políticas de desenvolvimento e tecnologia, com metas e programas compartilhados entre os respectivos ministérios. Mas sair dos espaços verticais da política para os transversais sempre é um exercício difícil de coordenação

e planejamento, que nós apenas iniciamos”.

Do lado dos empresários, a expectativa está focada nas medidas que podem sair da nova política a ser anunciada pelo governo. Em documento elaborado pela CNI, as propostas relacionadas à inovação incluem incentivos fiscais, como melhoras na Lei do Bem, para que passe a beneficiar também as empresas baseadas em lucro presumido. Para se ter uma ideia do potencial dessa medida, incluindo apenas as empresas de lucro real, como ocorre hoje, a renúncia fiscal do governo em 2009, devido à Lei do Bem, totalizou R\$ 1,38 bilhão. Outra medida, amplamente apoiada, é a de coordenar as políticas de inovação e exportação. “Fazendo isso, podemos impulsionar o comércio de produtos de maior intensidade tecnológica”, defende Rogério César de Souza, do Iedi. “Em vários países, as políticas de exportação acabam se tornando reduto de empresas inovadoras.” E Lia Valls Pereira, coordenadora do Centro de Estudos de Comércio Exterior do IBRE/FGV, acentua que a “inovação no comércio exterior é também adaptar produtos para o mercado ou descobrir formas de entrar em novos mercados”.

Entre os empresários, a expectativa é de que as novas medidas possibilitem o aproveitamento das oportunidades de mercado que se apresentam. Para Cardoso, da Natura, o Brasil possui condições únicas para fazê-lo. “Do ponto de vista econômico, vivemos a maturação de uma situação saudável, uma classe média emergente e

um bônus de que nos próximos 30, 40 anos ainda teremos uma população economicamente ativa maior do que a inativa, o que é um impulso adicional para crescimento e inclusão social”, ressalta. “Além disso, temos uma vantagem socioambiental em relação a muitos países, com uma matriz energética limpa e uma biodiversidade preservada. Esses componentes são maiores que as nossas limitações.”

João Carlos Ferraz, do BNDES, lembra que poucas áreas propiciam um espaço tão generoso para a convergência dos interesses público, privado e social quanto a da inovação: “As empresas ganham fôlego para competir e crescer, além de externalidades positivas, como fornecedores e clientes mais qualificados. O trabalhador passa a ter acesso a mais e melhores empregos. E o Estado obtém, no mínimo, uma vantagem tributária, dado o aumento potencial de riqueza”.

Na visão de David Kupfer, da UFRJ, o que falta agora é ação política para definir que áreas receberão mais recursos e quais serão menos assistidas. “Inovação pressupõe essa escolha, mas é fundamental que ela seja criteriosa e percebida como socialmente legítima. Se eu tenho uma economia passiva, que flutua como uma rolha pelo oceano das transformações mundiais, sem uma visão da matriz produtiva que desejo implantar nos próximos 15 ou 20 anos, não consigo fazer política tecnológica. Posso até apoiar iniciativas, construir laboratórios e fazer ciência, mas não política tecnológica.”

Propostas da indústria à inovação

- Melhoria do marco legal de apoio à inovação.
- Eliminação das fontes de insegurança jurídica.
- Maior integração com a agenda de comércio exterior.
- Suporte ao processo de internacionalização de empresas brasileiras e a atração de centros de P&D de empresas multinacionais.
- Agenda que inclua o debate sobre:
 - propriedade intelectual;
 - formação de recursos humanos;
 - financiamento para P&D pré-competitivo e grandes projetos estruturantes;
 - inovação para micro e pequenas empresas;
 - programas setoriais de inovação.